

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1283904 - SP (2018/0096150-8)**

**RELATOR** : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE  
**AGRAVANTE** : VEMAX COMERCIAL LTDA  
**ADVOGADOS** : ALEXANDRE FANTI CORREIA E OUTRO(S) - SP198913  
TATIANE DE SIQUEIRA COUTO - SP316576  
**AGRAVADO** : ALUMIFLEX COMERCIO E INDUSTRIA DE  
ESQUADRIAS LTDA  
**AGRAVADO** : RENATO ALEXANDRE DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : ROSI REGINA DE TOLEDO RODRIGUES E OUTRO(S) -  
SP101597

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 2. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem – acerca da inexistência de dano moral indenizável pelo uso indevido da marca – demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto no enunciado sumular n. 7 deste Tribunal Superior.
2. A aplicação do enunciado n. 7 da Súmula do STJ à insurgência fulcrada na alínea *a* do permissivo constitucional também impede o conhecimento do recurso baseado na divergência jurisprudencial, porquanto as conclusões dissonantes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo, e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão jurídica.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator